

A Utilização Transversal da Perspectiva de Gênero nos Projetos Financiados pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento: Uma Questão Pendente

The mainstreaming of gender perspective in projects financed by the Portuguese Institute for Development Support: An outstanding issue

Libertad Jiménez Almirante

Doutora, Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL), Portugal, libalji@hotmail.com
<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=6997630114824552>

Ermelinda Sílvia de Oliveira Liberato

Doutora, Universidade Agostinho Neto (UAN), Angola, ermelinda.liberato@gmail.com
<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=4625206641240404>

Resumo: A pesquisa está centrada no conhecimento sobre o tratamento da perspectiva de gênero dado pelas Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) nos projetos de cooperação internacional que conseguiram financiamento por parte do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) entre 2006 e 2011. Para o efeito, analisamos um conjunto de 223 projetos financiados pelo referido organismo, para as ONGD, em diversos sectores de intervenção, no período de tempo assinalado. Os resultados demonstram que, tendo em conta os critérios propostos por Maruja Barrig e Patricia Ruiz-Bravo (2002), utilizados para a análise dos projetos, há uma minoria de projetos que incorporam a perspectiva de gênero (7,18% dos projetos analisados) face à maioria dos projetos que não incorporam a perspectiva de gênero (92,82% dos projetos analisados). A utilização transversal da perspectiva de gênero nos projetos financiados pelo IPAD é ainda, portanto, uma questão pendente.

Palavras-chaves: política, gênero, desenvolvimento, cooperação, projetos.

Abstract: The research is focused in the knowledge about the treatment of the gender perspective made by the Non-Governmental Development Organizations (NGDO's) in international cooperation projects that have managed to finance of the Portuguese Institute for Development Support (IPAD) from 2006 to 2011. In this sense, a group of 223 projects was examined, financed by the IPAD for NGDO's, in various sectors of intervention during the period of time referred to. The results demonstrate that, having regard to the criteria used for the analysis of projects which are proposed by Maruja Barrig and Patricia Ruiz-Bravo (2002), there is a minority of projects that incorporates a gender perspective (7.18% of the analyzed projects) versus most of the projects that do not incorporate a gender perspective (92.82% of the analyzed projects). The mainstreaming of gender perspective in projects financed by IPAD is therefore, still, an outstanding issue.

Key-words: policy, gender, development, cooperation, projects.

Texto completo em português: <http://www.apgs.ufv.br>
Full text in Portuguese: <http://www.apgs.ufv.br>

Introdução

A utilização do termo “perspectiva de gênero” invadiu o quotidiano do sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento de tal forma que a sua utilização conduza, talvez, à perda do seu original significado proposto na *Fourth World Conference on Women* (UN, 1996) celebrada em Beijing em 1995. Porém, a perspectiva de gênero é um ponto de vista sobre a realidade que é sensível às causas e aos efeitos das diferenças de gênero e as suas consequentes desigualdades, no contexto das sociedades e é, também, um enfoque crítico e histórico profundamente enraizado na reflexão feminista e orientado a uma concepção do desenvolvimento com um claro fundamento ético cujo fim último é a equidade de gênero. Nesse sentido, tem sido o objetivo principal da administração pública dos diferentes países e das organizações multilaterais, nesse caso orientadas ao desenvolvimento, a articulação das medidas necessárias para

atingir a equidade de gênero diante das políticas públicas orientadas para o desenvolvimento.

A pesquisa foi feita antes da fusão do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) com o Camões-Instituto da Cooperação e da Língua (CICL) e surge a partir da seguinte questão inicial: qual é o tratamento feito pelas ONGD em relação ao processo de transversalidade da perspectiva de gênero nos projetos financiados pelo IPAD? Para responder a essa questão e construirmos o nosso objeto de estudo, definimos os conceitos que, à partida, nos pareceram mais pertinentes:

- A utilização transversal da perspectiva de gênero (*gender mainstreaming*) é um processo de valorização das implicações que tem para os homens e para as mulheres qualquer ação que seja planificada (legislação, políticas ou programas) em todas as áreas e em todos os níveis (ECOSOC, 1997).
- Os projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento são definidos e implementados



internacionalmente por meio da abordagem do quadro lógico que é um esquema que sintetiza os aspectos relevantes de um projeto e permite fiscalizar, controlar e exigir a justificação das contas (Lleó & Del Río, 2009).

- O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) é a estrutura organizativa dotada dos competentes mecanismos de coordenação, informação, controle e avaliação no âmbito das novas orientações estratégicas da ajuda pública ao desenvolvimento (Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, 2003).

Sob o ponto de vista da administração pública orientada à Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), considera-se pertinente a investigação, porque nos encontramos num momento importantíssimo em relação à implementação das políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento que exigem a aplicação do *enfoque de género* como uma ferramenta transversal no planeamento de todos os programas, projetos e ações que pretendam ser implementados em países receptores da AOD, como é o caso de alguns dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), países prioritários de investimento por parte do IPAD.

Relativamente à estrutura, o plano de apresentação está organizado do seguinte modo: (1) Objetivos da pesquisa; (2) Quadro teórico e Quadro político-estratégico; (3) Metodologia e Método; (4) Resultados e (5) Conclusões e Recomendações.

Objetivos da pesquisa

A pesquisa teve como objetivo geral:

- Perceber como é feito o tratamento da perspectiva de género por parte das ONGD nos projetos de cooperação internacional que conseguiram financiamento do IPAD durante o período compreendido entre 2006 e 2011 por concurso.

Para o efeito, traçamos igualmente alguns objetivos específicos:

- Conhecer os principais setores e subsectores de intervenção dos projetos envolvidos no processo de transversalidade da perspectiva de género.

- Identificar os principais países de intervenção dos projetos que trabalham nos setores envolvidos no processo de transversalidade da perspectiva de género.

- Analisar o orçamento investido pelo IPAD para os projetos envolvidos no processo de transversalidade da perspectiva de género durante o período de 2006 a 2011.

Quadro teórico e Quadro político-estratégico

Em nível internacional, a luta das mulheres pela igualdade de direitos tem sido promovida, principalmente, pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da organização de conferências mundiais, com destaque para a *Fourth World Conference on Women* (UN, 1996), celebrada em Beijing em 1995, com a aprovação e aplicação da estratégia *gender mainstreaming*. Assim, o reconhecimento da posição social das mulheres está ligado ao estudo do fenómeno da *feminização da pobreza* e ao

diagnóstico dos impedimentos, que impossibilitam o desenvolvimento da população feminina em igualdade de condições em relação à população masculina (Chant, 2007).

O monopólio sobre os conceitos “pobreza” e “desenvolvimento” foi sustentado durante décadas pela *teoria económica da modernização* (Lewis, 1969), que defende a acumulação de capital como eixo central do desenvolvimento de um determinado país; resultando daí o androcentrismo pela ignorância da posição das mulheres no referido processo com a excepcionalidade da sua apreciação a partir de um ponto de vista subsidiário pelo *enfoque de bem-estar* (Buvinic, 1983). Essa visão começa a registrar alterações na década de 1970, quando verificamos uma ruptura progressiva no pensamento neoliberal economicista motivado, por um lado, pelo *enfoque das necessidades básicas* (ILO, 1977), que considera insuficiente a “medição” do desenvolvimento a partir do ponto de vista do crescimento económico, porque ele não revela informação relacionada com dimensões importantes (desemprego, pobreza ou desigualdade) e, por outro, pelo *enfoque das mulheres no desenvolvimento* (Boserup, 1970), que defende a necessidade de se fazer um esforço para incorporar as mulheres ao sistema económico.

A partir de 1980, surge o *enfoque das capacidades básicas* (Sen, 1985), uma aposta no processo de expansão das liberdades pessoais, sistematizado por meio do conceito de “desenvolvimento humano” (PNUD, 1990), que se define como um processo mediante o qual se ampliam as oportunidades das pessoas (uma vida longa e saudável, acesso à educação, possibilidade de usufruir de um nível de vida decente, liberdades políticas e garantia dos direitos humanos) e que se tornou mensurável pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Ainda, na mesma década, há o surgimento do *enfoque de género no desenvolvimento* (Sen & Grow, 1987), que considera as desigualdades de género como a principal causa dos obstáculos vivenciados pelas mulheres para o seu desenvolvimento, passando a ser mensurável pelo Índice de Desigualdade de Género (IDG), baseado em três aspectos (PNUD, 1995): saúde reprodutiva, empoderamento (representação política e educação) e emprego.

No entanto, vão tomar-se como ponto de partida os estudos que analisam a aplicação prática da estratégia *gender mainstreaming* (no contexto do *enfoque de género no desenvolvimento*) nos serviços da administração pública que fazem a gestão da AOD e que questionam se a perspectiva de género terminou por ser uma ferramenta instrumentalizada, de cariz retórico, sem muitos dados constatados sobre os seus resultados obtidos e com sérias dificuldades para passar da teoria à prática (MAEC, 2009; Alexanian, Andras & Montesinos, 2009; García, 2003; Lugo, 2010; Meque, Milagre, Rocha & Samo, 2011; Moser & Moser, 2005).

Por outro lado, a perspectiva de género nas estratégias de ação da cooperação portuguesa foi formulada tendo em vista a consideração de que o frequente impacto nulo ou negativo dos

programas de cooperação sobre as mulheres residiria na concepção dos programas e não apenas nos seus efeitos colaterais não esperados. Para o efeito, realizamos uma análise sobre a presença da perspectiva de gênero nas estratégias de ação da cooperação portuguesa a partir das seguintes estratégias:

1- *Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género* (IPAD, 2011a), em que podemos citar os seguintes objetivos específicos encontrados no seu enquadramento:

(a) *Promover a integração da igualdade de género no sistema da cooperação portuguesa [...]*, (b) *Contribuir para o empoderamento cívico e político das mulheres [...]*, (c) *Contribuir para o empoderamento económico e social das mulheres [...]*, (d) *Promover o acesso das raparigas e mulheres aos vários graus do sistema educativo e de formação [...]*, (e) *Promover o acesso das mulheres aos cuidados e serviços de saúde e proteção social [...]*, (f) *Abordar as consequências dos novos desafios ambientais para as mulheres e raparigas [...]*, (g) *Combater todas as formas de violência sobre as mulheres e raparigas [...]* (IPAD, 2011a: 28-29).

2- *Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Educação* (IPAD, 2011b) menciona-se como objetivo, no contexto da educação e do desenvolvimento, eliminar as disparidades de gênero;

3- *Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Saúde* (IPAD, 2011c) cita-se como prioridade, no contexto dos direitos humanos e o gênero, a saúde reprodutiva e sexual e os direitos conexos (direitos ligados à saúde sexual e reprodutiva);

4- No documento *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa* (IPAD, 2006) assinalam-se como prioridades o cumprimento dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* – ODM – (ONU, 2000), ou seja, cita-se como prioridade a promoção da igualdade entre os gêneros e a capacitação das mulheres.

Metodologia e Método

A investigação enquadra-se dentro do paradigma quantitativo e foi utilizado o método de análise documental para o estudo dos projetos. Tendo em conta os objetivos definidos, trata-se de uma pesquisa de carácter descritivo e aplicado. Foi utilizado o método de análise documental, porque a informação analisada encontra-se baseada em formulários de projetos, ou seja, em fontes documentais. Para o processamento dos dados, foi utilizado o programa de análises de dados quantitativos *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 20.

No total, foi analisado um conjunto de 223 projetos financiados pelo IPAD por concurso para as ONGD em vários setores de intervenção desde 2006 até 2011. A pesquisa foi feita na sede do IPAD (em Lisboa) durante os meses de abril e junho de 2012. Não foram levados em conta os documentos anteriores ao ano de 2006, pois eles ainda não se encontram digitalizados.

Identificamos duas linhas de financiamento por parte do IPAD: (1) educação para o desenvolvimento e (2) cooperação para o desenvolvimento. Na linha de financiamento “cooperação para o desenvolvimento”, há as seguintes formas de candidatura dos projetos: (a) financiamento de programas, projetos e ações de

cooperação em geral; (b) financiamento de programas ou projetos de cooperação no âmbito do concurso das ONGD e (c) pequenos projetos de cooperação (Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, 2003). O IPAD utiliza os seguintes setores de identificação para a classificação dos projetos: (1) Saúde; (2) Educação-Formação; (3) Luta contra a Pobreza; (4) Desenvolvimento Rural-Comunitário; (5) Reforço Institucional e Governabilidade e (6) Água e Saneamento.

Não é frequente o IPAD utilizar a palavra *gênero* para a classificação dos projetos enquanto setores. Entretanto, resolveu-se acrescentá-la no momento da classificação dos projetos para a pesquisa naqueles que faziam referência a dita ótica como, por exemplo, os seguintes casos: (1) Gênero + Educação-Formação, (2) Gênero + Saúde; (3) Gênero + Luta contra a Pobreza e (4) Gênero + Desenvolvimento Rural-Comunitário.

A identificação dos projetos que faziam referência às questões de gênero foi feita utilizando os seguintes critérios propostos por Maruja Barrig e Patrícia Ruiz-Bravo (2002): (1) os projetos analisados dão visibilidade às mulheres como parte da população destinatária das ações; (2) os projetos analisados advertem para a existência de uma situação de desigualdade entre homens e mulheres que opera em prejuízo das mulheres; (3) os projetos analisados identificam que essa desigualdade é resultado de padrões culturais e práticas institucionais, que retroalimentam a discriminação das mulheres e inclui as relações entre homens e mulheres como uma expressão da desigualdade social e como uma categoria analítica e (4) os projetos analisados atuam em consequência de uma razão de justiça e equidade social.

O IPAD atua prioritariamente nos países com quem tem um relacionamento mais forte, ou seja, nos países que tenham em comum a língua portuguesa, nomeadamente, os PALOP (Guiné Bissau, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique), Timor Leste e o Brasil. Sendo, portanto, esses os países de intervenção que aparecem no conjunto dos projetos analisados.

Foi utilizada uma grelha de análise para o estudo dos projetos referenciando as seguintes categorias de interesse que aparecem no Quadro I:

Quadro I: Grelha de análise para os projetos financiados pelo IPAD

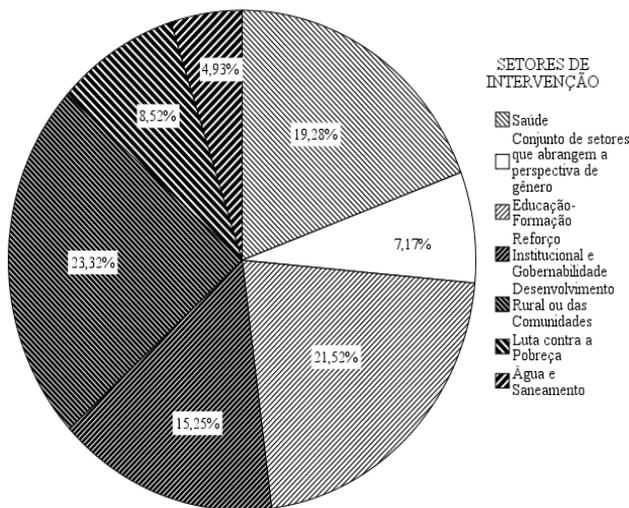
Pais de Intervenção	Setor de Intervenção	Subsetores de intervenção
1.- Guiné-Bissau 2.- Cabo Verde 3.- Angola 4.- Moçambique 5.- São Tomé e Príncipe 6.- Timor-Leste 7.- Outros países	1.- Saúde 2.- Educação-Formação 3.- Luta contra a Pobreza 4.- Desenvolvimento Rural ou das Comunidades 5.- Reforço Institucional e Governabilidade 6.- Água e Saneamento 7.- Sectores que abrangem a perspectiva de gênero	1.- Gênero + Educação-Formação 2.- Gênero + Saúde 3.- Gênero + Luta contra a Pobreza 4.- Gênero + Desenvolvimento Rural ou das Comunidades 5.- Setores que não abrangem a perspectiva de gênero
Financiamento do IPAD		

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos projetos analisados

Apresentação dos Resultados

De acordo com os objetivos previamente definidos, apresentamos em seguida os resultados da nossa investigação. Para a concretização do objetivo específico 1, calculamos, por meio do programa SPSS, as frequências (em %) dos projetos, tendo em conta os setores e os subsetores de intervenção. A representação dos setores e subsetores que abrangem a perspectiva de gênero, segundo o conjunto dos projetos analisados, podem ser observados no gráfico I e no gráfico II:

Gráfico I: Percentagem de projetos segundo os setores de intervenção



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos projetos analisados

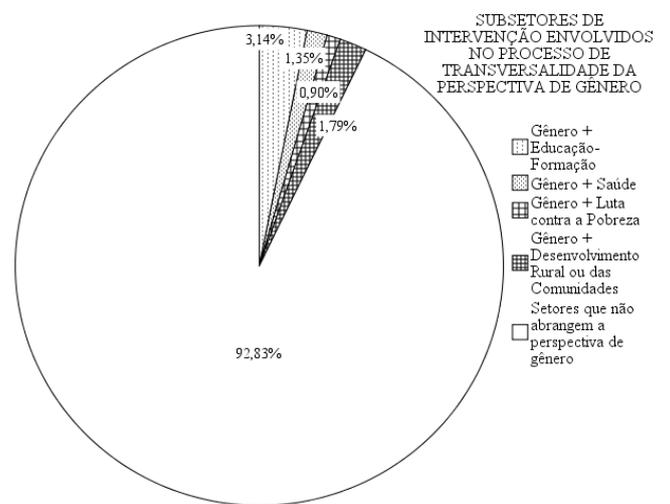
Segundo os gráficos apresentados, podem-se reconhecer os seguintes resultados:

- O subsetor Género + Educação-Formação tem uma representação de 3,14% sobre o total dos projetos analisados.
- O subsetor Género + Desenvolvimento Rural ou das Comunidades tem uma representação de 1,79% sobre o total dos projetos analisados.
- O subsetor Género + Luta contra a Pobreza tem uma representação de 1,35% sobre o total dos projetos analisados.

- O subsetor Género + Saúde tem uma representação de 0,90% sobre o total dos projetos analisados.

- A representação do conjunto dos subsetores que abrangem a perspectiva de gênero é de 7,17% sobre o total dos projetos analisados. Sendo que, a representação dos projetos que não abrangem a perspectiva de gênero é de 92,83% sobre o total dos projetos analisados, o que nos leva a concluir que a utilização transversal da perspectiva de gênero é, ainda, uma questão pendente.

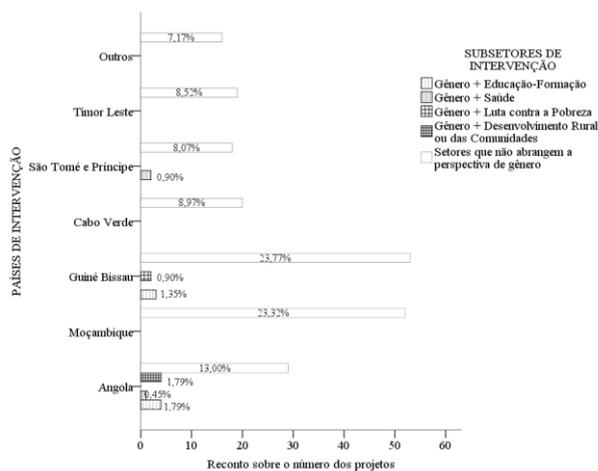
Gráfico II: Percentagem de projetos segundo os subsectores de intervenção



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos projetos analisados

Para a concretização do objetivo específico 2, calculou-se uma tabela de contingência entre os países de intervenção e os setores de intervenção pelo programa SPSS. Os projetos identificados com uma ótica de gênero (segundo os critérios de análise utilizados para a presente pesquisa) foram implementados nos seguintes países e contam com a seguinte percentagem de representação sobre o total dos projetos analisados, como se pode observar no seguinte gráfico I

Gráfico III: Contingência entre países de intervenção e subsetores de intervenção



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos projetos analisados

Segundo o gráfico apresentado, podem-se reconhecer os seguintes resultados:

- Em São Tomé e Príncipe foram implementados 0,90% dos projetos no setor Género + Saúde (porcentagem calculada sobre o total dos projetos analisados).
- Na Guiné Bissau foram implementados 0,90% dos projetos no setor Género + Luta contra a Pobreza e 1,35% dos projetos no setor Género + Educação-Formação (porcentagem calculada sobre o total dos projetos analisados).
- Em Angola foram implementados 1,79% dos projetos no setor Género + Desenvolvimento Rural ou das Comunidades, 0,45% dos projetos no setor Género + Saúde e 1,79% dos projetos no sector Género + Educação-Formação (porcentagem calculada sobre o total dos projetos analisados).
- Surpreende que países tais como Cabo Verde, Timor Leste e Moçambique não apresentem projetos com o tratamento das questões de género de forma transversal no período em análise (2006 - 2011) segundo os critérios utilizados para a presente pesquisa.

A partir da análise desses dados, podemos concluir que Angola é o país dos PALOP que tem-se beneficiado de um maior apoio em termos de projetos que se orientem para a igualdade de género, bem como uma maior diversidade de campos de ação destes projetos.

Para a concretização do objetivo específico 3, foi feito o cálculo do orçamento associado aos setores e subsetores de intervenção pelo programa SPSS. Podemos verificar os dados descritos a partir do Quadro II:

Quadro II: Financiamento IPAD (€) segundo os setores e subsectores de intervenção

Setores e Subsetores de intervenção	Financiamento IPAD (€) 2006 – 2011
Gênero + Educação-Formação	878.700€
Gênero + Saúde	243.209,7€
Gênero + Luta contra a Pobreza	155.022,88€
Gênero + Desenvolvimento Rural ou das Comunidades	269.124€
Educação-Formação	3.665.997,18€
Saúde	3.913.009,05€
Reforço Institucional e Governabilidade	2.241.181,87€
Desenvolvimento Rural ou das Comunidades	4.297.486,45€
Luta contra a Pobreza	1.621.341,99€
Água e Saneamento	997.552,27€
Conjunto dos Setores	18.282.625,4€
Conjunto dos Setores que abrangem a perspectiva de género	1.546.056,58€

Fonte: elaborado pelas autoras com base nos projetos consultados no IPAD

Em termos orçamentais, a representação dos setores que abrangem a perspectiva de género supõe 1.546.056,58€ sobre o total do financiamento fornecido pelo IPAD (18.282.625,4€), desde o ano de 2006 até o ano de 2011, para os projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento apresentado pelas ONGD.

Desses, o subsector de Desenvolvimento Rural ou das Comunidades é aquele que apresenta maior financiamento, no caso, de 4.297.486,45€, seguido dos subsectores de Saúde e

Educação-formação, com um financiamento na ordem dos 3.913.009,05€ e 3.665.997,18€, respectivamente.

Conclusões e Recomendações

A representação dos projetos que não abrangem a perspectiva de género é maioritária (92,82% dos projetos analisados) frente à minoria dos projetos que abrangem a perspectiva de género (7,18% dos projetos analisados) segundo os critérios da análise utilizados para a presente pesquisa. Portanto, a maioria dos projetos analisados são formulados ignorando que toda a ação de desenvolvimento (de qualquer natureza) tem um impacto sobre as relações de género, logo, pode e deve ser analisada a partir dessa perspectiva. Há, principalmente, duas explicações que poderiam ser diagnosticadas como as causas dessa ausência de interesse pela transversalidade da perspectiva de género. Por um lado, o fato das ONGs não darem prioridade a essa questão que é de uma importância incontestável e, por outro, o fato do IPAD não ter articulado suficientemente as ferramentas administrativas que garantam a utilização da perspectiva de género nos formulários apresentados pelas ONGD para serem financiados.

Tendo em conta as conclusões obtidas, tomou-se a liberdade de fazer algumas recomendações em relação ao formulário de candidatura dos projetos financiados pelo IPAD para garantir a transversalidade da perspectiva de género seguindo os manuais metodológicos propostos por algumas autoras (Alcalde & López, 2004; Jubeto, 2008; López, & Sierra, 2001; López, Sierra & Sojo, 2002; Murguialday & Vázquez, 2005), como os seguintes exemplos:

- Em relação à "identificação da ONGD proponente e os parceiros locais do projeto", seria preciso exigir uma justificação da capacidade das organizações responsáveis para trabalhar com a perspectiva de género por meio da análise institucional de género, que trata de identificar a sensibilidade e a capacidade em relação às questões de género das organizações responsáveis da execução de políticas ou projetos;

- Em relação ao "enquadramento/contexto", seria preciso ter em conta os seguintes elementos:

○ A análise sociocultural do acesso aos recursos em função do género implica poder fazer um exame do uso e benefício daqueles recursos que estejam disponíveis para a sua utilização de acordo com as necessidades específicas tanto materiais, como financeiras, humanas, sociais, políticas, tecnológicas, energéticas, etc.;

○ A análise sociocultural do controle sobre os recursos em função do género implica que, para além de poder fazer-se um exame sobre o acesso aos recursos, também possa fazer-se um exame sobre as tomadas de decisões em relação à utilização desses recursos;

○ Os dados relevantes para a contextualização do projeto desagregados por sexo são aquelas informações estatísticas desdobradas por sexo que tornam possível uma análise comparativa, ou seja, uma análise tendo em conta as especificidades dos homens e as especificidades das mulheres;

○ A análise da posição sociocultural de homens e mulheres a partir dos seguintes fatos: socioculturais, políticos, econômicos, ambientais e tecnológicos. Essa análise faz referência à constatação da desigual posição social, política, econômica e cultural das mulheres em relação aos homens num contexto determinado;

○ A participação de homens e mulheres na programação-identificação do projeto serve para conhecer de que maneira os interesses de uns e os interesses de outros estão representados na comunidade e em que medida os homens e as mulheres conduzem o processo de desenvolvimento das suas comunidades;

- Em relação ao ponto “política setorial”, seria preciso exigir referências em relação às políticas setoriais vinculadas às questões de gênero no país de intervenção do projeto;

- Em relação ao ponto “problemas a resolver e recursos a valorizar”, é preciso ter em conta a identificação das problemáticas abordadas desde o projeto para os homens e para as mulheres a partir da análise das necessidades de gênero, porque ajuda a conhecer os problemas e necessidades diferenciados por gênero, das mulheres e dos homens na comunidade, assim como as suas alternativas de solução;

- Em relação ao ponto “integração do projeto na estratégia global da ONGD”, seria preciso exigir a visão e missão da estratégia global da ONGD sobre a perspectiva de gênero;

- Em relação aos “objetivos globais” e “objetivos específicos”, seria preciso exigir os objetivos gerais com perspectiva de gênero (para responderem às necessidades dos homens e às necessidades das mulheres) e os objetivos específicos com perspectiva de gênero (para especificarem a quem se espera que o projeto beneficie, fazendo uma distinção entre os homens e as mulheres);

- Em relação ao ponto “resultados esperados”, seria preciso definir resultados com perspectiva de gênero para serem capazes de estabelecer o conseguido para os homens e o conseguido para as mulheres;

- Em relação ao ponto “atividades”, seria preciso definir algumas atividades destinadas à formação e à sensibilização sobre as questões de gênero para aprofundar nas mudanças socioculturais orientadas à consecução de uma maior igualdade entre os gêneros;

- Em relação ao ponto “grupos-alvos”, seria preciso exigir a consideração dos critérios de gênero para seleção dos beneficiários e das beneficiárias do projeto, tomando medidas de ação positiva, que são medidas dirigidas a um grupo-alvo determinado com as quais se pretendem suprimir e prevenir uma discriminação ou compensar as desvantagens resultantes de atitudes, comportamentos e estruturas existentes;

- Em relação ao ponto “recursos humanos afetos ao projeto”, seria preciso definir o número de homens e o número de mulheres, porque a previsão dos recursos humanos que irão executar o projeto ajuda a perceber o papel protagonista que irão ocupar os homens e as mulheres na sua execução;

- Em relação ao capítulo referido aos “recursos materiais” previstos para o projeto, seria preciso exigir um orçamento com enfoque de gênero, que consiste numa análise do processo orçamental com o objetivo de conhecer o alcance e o impacto das políticas públicas sobre as mulheres em comparação com os homens;

- Em relação ao capítulo referido aos “indicadores”, seria preciso ter em conta os indicadores sensíveis ao gênero, porque são instrumentos que permitem valorizar a distribuição de meios e os efeitos alcançados pelo projeto na situação relativa das mulheres e dos homens implicados nas ações, tanto em nível individual como em nível coletivo;

- Em relação aos “meios de verificação”, seria preciso definir meios de verificação sensíveis ao gênero, porque eles têm em conta a participação das mulheres, as suas capacidades, tempos e espaços próprios;

- Em último lugar, no que toca à avaliação final, seria preciso ter em conta os seguintes pontos:

○ O balanço de benefícios obtidos com o projeto para os homens e para as mulheres, isto é, as retribuições econômicas, ambientais, sociais, políticas e psicológicas derivadas da utilização dos recursos;

○ A análise do impacto de gênero nas atividades programadas, ou seja, o critério de avaliação que mede as consequências positivas e negativas que uma intervenção de desenvolvimento teve nas relações de gênero;

○ A análise da participação de homens e mulheres nas atividades programadas por meio da revisão dos meios de verificação sensíveis ao gênero permitirá conhecer em que medida homens e mulheres foram tidos em conta no sentido de fazer as atividades programadas no projeto;

○ A análise da eficiência do projeto desde a perspectiva de gênero é um critério que põe em relação ao que dão os homens e ao que dão as mulheres, e o que recebem em forma de resultados e benefícios;

○ A análise da pertinência do projeto desde a perspectiva de gênero consiste em levar a cabo uma análise da utilidade que as mulheres e os homens envolvidos no projeto concedem à intervenção para satisfazer suas particulares necessidades e interesses;

○ A análise da sustentabilidade do projeto desde a perspectiva de gênero, ou seja, a capacidade dos homens e das mulheres para manter, a médio e a longo prazo, as atividades e os efeitos positivos do projeto, uma vez finalizada a ajuda exterior;

○ A análise do acesso dos homens e das mulheres aos recursos dados pelo projeto implica em ter a oportunidade de usá-los sem ter a autoridade para decidir sobre o resultado e os métodos de exploração;

○ A análise do controle dos homens e das mulheres sobre os recursos dados pelo projeto implica em ter a completa autoridade para decidir acerca do uso e o resultado dos recursos e impor essa definição as outras pessoas;

Concluindo, as recomendações propostas têm o objetivo principal de fazer da transversalidade da perspectiva de gênero uma questão exigível e mensurável pelo IPAD e não apenas uma questão facultativa por parte das ONGD. Apenas a partir da exigência poderão converter-se os direitos das mulheres num assunto que passa do plano retórico para o plano verificável.

Referências bibliográficas:

- Alcalde, A. & López, I. (2004). *Guía práctica para la integración de la igualdad entre mujeres y hombres en los proyectos de la Cooperación Española*. Madrid: AECID. [disponível em: http://www.bantaba.ehu.es/obs/files/view/AECI.pdf?revision_id=66203&package_id=66183, 17-09-2014].
- Alexanian, A., Andras, R., & Montesinos, M. (2009). *Análisis de género en la ayuda oficial al desarrollo de la Cooperación Catalana*. Barcelona: Ayuda en Acción – Entreculturas – InteRed. [disponível em: http://mueveteporlaigualdad.org/docs/AOD_ACCD_cast.pdf, 15-09-2010].
- Barrig, M., & Ruiz-Bravo, P. (2002). *Lineamientos metodológicos para la incorporación del enfoque de género en el seguimiento y evaluación de proyectos*. Lima: PREVAL. [disponível em: <http://preval.org/files/00497.pdf>, 17-09-2014].
- Boserup, E. (1970). *Woman's role in economic development*. London: George Allen & Unwin.
- Buvinic, M. (1983). Women Issues in the Third World Poverty: A Policy Analysis. Em M. Buvinic, M. Lycette, & W. McGreevey (eds.), *Women and Poverty in the Third World* (pp. 14-34). Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Chant, S. (2007). *Gender, Generation and Poverty: Exploring the Feminisation of Poverty in Africa, Asia and Latin America*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- García, E. (2003). *Hacia la institucionalización del enfoque de género en políticas públicas*. Caracas: Fundación Friedrich Ebert. [disponível em: <http://www.artemisanoticias.com.ar/images/FotosNotas/G%C3%A9nero%20y%20polít%20pub%20Latinoam.%20y%20Caribe.pdf>, 14-08-2010].
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.(2006). *Uma visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*. Lisboa: IPAD. [disponível em: http://ns1.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf, 17-09-2014].
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.(2011a). *Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género*. Lisboa: IPAD. [disponível em: <http://ns1.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/EstrategiaGeneroMaio2011.pdf>, 17-09-2014].
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. (2011b). *Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Educação*. Lisboa: IPAD. [disponível em: <http://ns1.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/EstrategiaEducacaoMaio2011.pdf>, 17-09-2014].
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.(2011c). *Estratégia da Cooperação Portuguesa para a Saúde*. Lisboa: IPAD. [disponível em: <http://ns1.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/EstrategiasaudeMaio2011.pdf>, 17-09-2014].
- International Labour Office. (1977). *Employment, growth, and basic needs: A one-world problem: the international "basic-needs strategy" against chronic poverty*. Westport: Praeger Publishers. [disponível em: http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1977/77B09_355_engl.pdf, 09-09-2014].
- Jubeto, Y. (2008). *Los presupuestos con enfoque de género: una apuesta feminista a favor de la equidad en las políticas públicas*. Bilbao: Hegoa. [disponível em: http://publ.hegoa.efaber.net/assets/pdfs/188/Cuadernos_de_trabajo_43_1.pdf?1309420661, 17-09-2014].
- Lewis, W. A. (1969). *Some aspects of economic development*. Accra: Ghana Publishing Co.
- Lleó, R. & Del Río, A. (2009). *Género en la Educación para el Desarrollo. Estrategias políticas y metodológicas*. Bilbao: Hegoa. [disponível em: http://www.bantaba.ehu.es/ext/Manual_castellano-p2.pdf, 17-09-2014].
- López, I. & Sierra, B. (2001). *Integrando el género en el desarrollo. Manual para técnicos de cooperación*. Madrid: IUDC.
- López, I., Sierra, B. & Sojo, D. (2002). *Salud y Género. Guía práctica para profesionales de la cooperación*. Madrid: Médicos del Mundo. [disponível em: <http://www.redxlasalud.org/index.php/mod.documentos/mem.descargar/fichero.DOC-240%232E%23pdf>, 17-09-2014].
- Lugo, S. (2010). *Análisis de la incorporación del enfoque de género en los proyectos públicos de desarrollo*. Quito: FES-ILDIS. [disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/quito/07691.pdf>, 30-11-2013].
- Meque, P., Milagre, D., Rocha, S., & Samo, G. (2011). *Monitoria da eficácia da ajuda na óptica de género. Relatório Final Moçambique*. Maputo: UN-WOMEN.
- Ministerio de Asuntos Exteriores y Cooperación de España.(2009). *Diagnóstico Institucional de Género. Agencia española de Cooperación Internacional para el desarrollo*. Madrid: MAEC.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. (2003). *D.R.E. Nº 10, de 13 de janeiro de 2003 (Decreto-Ley nº5/2003)*.Lisboa: Governo de Portugal.
- Moser, A. & Moser, C. (2005). Gender mainstreaming since Beijing: A review of success and limitations in international institutions. *Gender & Development*, 13(2), 11-22. doi: 10.1080/13552070512331332283
- Murguialday, C. & Vázquez, N. (2005). *Un paso más: evaluación del impacto de género*. Barcelona: Cooperació.[disponível em: http://www.mujaesenred.net/IMG/pdf/Un_paso_mas_evaluacion_del_impacto_de_genero.pdf, 17-09-2014].
- Organización de las Naciones Unidas. (1996). *Informe de la Cuarta Conferencia Mundial sobre la Mujer, Beijing, 4-15 de septiembre de 1995, A/CONF.177/20/Rev.1*. Nueva York: ONU.[disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20S.pdf>, 22-12-2010].
- Organización de las Naciones Unidas. (2000). *Declaración del Milenio, 13 de septiembre de 2000, A/RES/55/2*. Nueva York: ONU. [disponível em: <http://www.un.org/spanish/milenio/ares552.pdf>, 11-09-2013].
- Sen, A. (1985). *Commodities and Capabilities*. Oxford: North-Blackwell.
- Sen, G., & Grow, C. (1987). *Development, Crises, and Alternative Visions: Third World Women's Perspectives*. New York: Monthly Review Press.
- United Nations Development Programme. (1990). *Human Development Report 1990. Concept and Measurement of Human Development*. New York: UNDP. [disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf, 09-09-2014].
- United Nations Development Programme. (1995). *Human Development Report 1995. Gender and Human Development*. New York: UNDP. [disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/256/hdr_1995_en_complete_no_stats.pdf, 09-09-2014].
- United Nations Economic and Social Council. (1997). *UN Economic and Social Council Resolution 1997/2: Agreed Conclusions, 18 July 1997, 1997/2*. Geneva: ECOSOC. [disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/ECOSOCAC1997.2.PDF>, 11-09-2014].